



**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS  
DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.**

**REQUERIMENTO Nº     / 2019**  
**(Do Sr. Professor Israel Batista)**

Requer informações ao Ministro da Educação a respeito das ações para cursos de formação inicial de professores e temas correlatos.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24, inciso V e VIII e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e do art. 50 da Constituição Federal, requeiro a Vossa Excelência o encaminhamento ao Senhor Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub, de esclarecimentos sobre ações para cursos de formação inicial de professores e demais assuntos correlatos.

Nesses termos, requisita-se:

- 1) Para além da Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica, quais ações o MEC está tomando para garantir um apoio adequado à formação dos professores?
- 2) Como o MEC planeja construir e apoiar políticas públicas que reduzam as desigualdades existentes na formação inicial de professores, entre as diversas redes estaduais e municipais?
- 3) Na Nota Técnica nº 17/2019/CGFORP/DICAP/SEB/SEB o MEC diz que “Como a ideia é de que a formação continuada esteja atrelada à evolução funcional ao longo da carreira docente, a cada etapa da carreira, o professor deve desenvolver novas habilidades e competências, que podem ser comprovadas por meio de avaliações, titulação e desempenho.”. Quais as estratégias de



apoio e implementação do MEC hoje para uma avaliação das habilidades e competências do professor?

- 4) Existe alguma iniciativa em estudo ou elaboração no MEC para lidar com a baixa qualificação dos ingressantes nos cursos de licenciatura e pedagogia?
- 5) Quais ações estão sendo tomadas para aumentar a efetividade dos estágios supervisionados?
- 6) A LDB, lei que define e regula a organização da educação brasileira, dispõe no artigo 62, § 3º que: “A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância”. Entretanto, pesquisa recente mostra que a lei vem sendo descumprida, na medida em que 61% dos ingressantes na formação docente estão no EAD. Que ações o MEC planeja fazer para reverter esse cenário?

### **Justificação**

Busca-se, por meio desse importante instrumento de acompanhamento e controle do Legislativo em relação ao Executivo, esclarecer pontos chave referentes às providências que estão sendo tomadas pelo Ministério da Educação no que tange a formação inicial de professores.

Sabemos que existem desafios relevantes a serem enfrentados na temática de formação, valorização e atratividade da carreira docente no Brasil. Por esse motivo, o presente Requerimento busca esclarecer dúvidas da sociedade brasileira e no meio educacional que permeiam a qualidade e oferta dos cursos de pedagogia e licenciatura.

No início do ano, o Ministério da Educação decidiu rever o conteúdo da Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica, que havia sido



enviado ao Conselho Nacional de Educação (CNE) pela gestão anterior. Após a revisão, o texto será reenviado ao CNE e o primeiro questionamento desse requerimento de informação busca compreender quais outras medidas a gestão atual vislumbra para assegurar uma formação inicial e continuada de qualidade, tendo em vista a devida articulação com o documento mencionado.

A Nota Técnica nº 17/2019/CGFORP/DICAP/SEB/SEB, mencionada acima, associa a formação inicial dos profissionais docentes com a sua evolução ao longo da carreira. É sabido que o tema da avaliação de professores e demais profissionais da área é delicado e permeia diversos atores e interesses. Nesse sentido, é preciso esclarecer para a sociedade o que o Ministério pensa sobre esse tema, e quais as medidas cabíveis para lidar com essa questão.

Ainda que haja previsão legal na LDB de que a formação inicial de profissionais de magistério ocorrerá, de preferencialmente, de forma presencial, dados recentes informam o contrário. A preocupação com o excesso de professores sendo formados à distância, como elucida o estudo “Formação Inicial de Professores no Brasil, realizado pelo Todos Pela Educação, é justificável. Dados mostram que número de matrículas em EAD nas áreas de Pedagogia e Licenciatura é duas vezes maior do que em outras áreas, e já ultrapassa o número de ingressantes em cursos presenciais. Somam-se aos dados desse estudo falas recentes do Ministro da Educação, Abraham Weintraub, que apontam na direção da ampliação desse modelo.

No último dia 25 de Agosto, em evento para anunciar o repasse de recursos para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no âmbito do Programa Educação Conectada, o Ministro afirmou que estudos sobre a Universidade Federal Digital e o Instituto Técnico Digital estavam sendo realizados. Pelo acima exposto, requeiro, por gentileza, que os questionamentos realizados por meio deste instrumento sejam devidamente respondidos.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Professor Israel Batista - PV/DF**

**Sala das Comissões, 02 de Setembro de 2019**

---

**Deputado Professor Israel Batista**  
**(PV/DF)**